

implementadas pela Unidade Central de Controle Interno e pelos demais órgãos e entidades da administração pública municipal;

II - sugerir projetos e ações prioritárias da política de transparência da gestão de recursos públicos, governo aberto e acesso à informação pública;

III - sugerir procedimentos que promovam o aperfeiçoamento e a integração das ações de incremento da transparência e de combate à corrupção, no âmbito da administração pública municipal;

IV - atuar como articulador e promover a mobilização da sociedade civil organizada para o combate à corrupção;

§ **1º** - As competências do Conselho Municipal de Transparência Pública e Combate à Corrupção são limitadas às matérias relativas ao Município de Viana/ES.

§ **2º** - O Município fornecerá ao Conselho Municipal de Transparência Pública e Combate à Corrupção a estrutura física necessária para o exercício de suas atividades.

§ **3º** - O Conselho deve atuar com autonomia, sem subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal e será renovado periodicamente ao final de cada mandato de seus membros.

§ **4º** - A reunião do Conselho será pública e seu agendamento deverá ser divulgado nos meios de divulgação do Município.

§ **5º** - Os membros do Conselho serão nomeados por decreto do poder executivo municipal e terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º O Conselho Municipal de Transparência Pública e Combate à Corrupção do Município de Viana/ES será composto pelos seguintes membros titulares e seus respectivos suplentes:

I - Representando o Poder Executivo Municipal:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Controle e Transparência;

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Gestão e Finanças;

c) 01 (um) representante da Procuradoria Geral;

II - Representando a Sociedade Civil:

a) 01 (um) representante Sindical

b) 01 (um) representante da OAB

c) 01 (um) representante das entidades sociais sem fins lucrativos

Art. 4º A composição do Conselho e seus suplentes será constituída mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º A atuação no Conselho Municipal de Transparência Pública e Combate à Corrupção do Município de Viana/ES é considerada atividade de relevante interesse público, não cabendo qualquer espécie de remuneração ou ajuda de custo.

Art. 6º As reuniões do Conselho Municipal de Transparência Pública e Combate à Corrupção do Município de Viana/ES serão realizadas ao menos uma vez a cada ano e as extraordinárias sempre que convocadas por seu Presidente.

Art. 7º - É assegurado ao Conselho Municipal de Transparência Pública e Combate à Corrupção

do Município de Viana/ES, o acesso a quaisquer documentos e informações produzidas por órgãos ou entidades de regulação ou de fiscalização, bem como a possibilidade de solicitar a elaboração de estudos com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões.

Art. 8º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Viana/ES, 09 de maio de 2024.

WANDERSON BORGHARDT BUENO

Prefeito Municipal de Viana

Protocolo 1320391

DECRETO Nº 092/2024

CONCEDE O BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS A SERVIDORA ALAIR DE FARIAS SANTHIAGO E REVOGA OS DECRETOS Nº 822/2011 E Nº 023/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 60, inciso IV, da Lei Orgânica, em conjunto com a **DIRETORA PRESIDENTE E A GERENTE TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIANA - IPREVI**, no uso da atribuição que lhes confere o artigo 53, inciso V, da Lei Municipal nº 1.595/2001 e ainda conforme Processo IPREVI nº 551/2011

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida à servidora **ALAIR DE FARIAS SANTHIAGO** ocupante do cargo efetivo de **Técnico em Contabilidade**, matrícula funcional nº 0 10200-01 aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais e paridade, nos termos do Artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **28/12/2011** revogando os Decretos nº 822/2011 e nº 023/21016. Viana/ES, 09 de maio de 2024.

WANDERSON BORGHARDT BUENO

Prefeito Municipal de Viana

LENIR BERTONI

Diretora Presidente do IPREVI

ADELEIA RUFINO

Gerente Técnico Previdenciário

Protocolo 1320609

Resolução

RESOLUÇÃO COMDIPEDVI Nº 03/2023

DISPÕE SOBRE A RECOMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE VIANA/ES PARA GESTÃO 2023-2025.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Viana - COMDIPEDVI, no uso das

atribuições que lhe confere a Lei 3.003/2018, e conforme deliberações da reunião ordinária do dia 08 de maio de 2024

RESOLVE:

Art.1º-RECOMPOR a Diretoria Executiva, da seguinte forma:

I - Presidente - Maria Claudia Azevedo Morellato Gomes - Representante da Secretaria Municipal de Educação (SEMED);

II-Vice Presidente - Diego Grijó Gava - Usuario PCD;
II-1º Secretario (a) -Rafaela Gomes Rosa - Representante da Secretária Municipal de Infraestrutura e Edificações (SEINFE).

Art. 2º - Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data da sua assinatura, revogando todos os dispositivos em contrário.

Viana, 08 de Maio de 2023.

DIEGO GRIJÓ GAVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Viana - COMDIPEDVI

Protocolo 1320418

RESOLUÇÃO COMDIPEDVI Nº 04/2024

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE COMISSÃO DE VISITAS DOS EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS DE ATENDIMENTO NO MUNICÍPIO DE VIANA/ES DO BIÊNIO 2023/2025 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE VIANA/ES

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Viana - COMDIPEDVI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 3.003/2018, e conforme deliberações da Reunião Ordinária realizada no dia 08 de maio de 2024:

Considerando a publicação no diário oficial, da Comissão de Elaboração do regimento Interno, resolução nº01/2024 no dia 15 de fevereiro de 2024 e a publicação da resolução nº02/2024, que dispõe sobre a composição da Comissão de Fiscalização de Acessibilidade no Município de Viana/ES no dia 12 de março de 2024

Considerando a necessidade de reformulação da Comissão de Fiscalização de Acessibilidade para Comissão Especial de Visitas;

Considerando não ser função do Conselho Municipal a emissão de Laudo Técnico de acessibilidade dos Equipamentos de atendimento ao público no Município de Viana/ES;

Considerando o desligamento de membros que compunham o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Viana - COMDIPEDVI e das respectivas Comissões da resolução nº01/2024 e nº02/2024.

RESOLVE:

Art.1º - RECOMPOR a Comissão de elaboração do novo Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Viana -

COMDIPEDVI, da seguinte forma:

I - Renata Santana de Souza - Usuário da Política da Pessoa com Deficiência;

II - Ranieli Simões Brandão - representante da entidade Lar Genoveva Machado (LGM);

III - Warlen Carlos dos Santos - representante da Secretaria Municipal de Educação (SEMED);

IV - Brayan Suderhus Freitas - representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT).

Art.2º - COMPOR a Comissão Especial de Visitas aos equipamentos e espaços de atendimento ao público no Município de Viana/ES, da seguinte forma:

I - Renata Santana de Souza - Usuário da Política da Pessoa com Deficiência;

II - Maria Claudia Azevedo Morellato Gomes - Secretaria Municipal de Educação (SEMED);

III - Rafaela Gomes Rosa - Secretária Municipal de Infraestrutura e Edificações (SEINFE);

Art.3º - A presente Comissão e Recomposição exclui terminantemente as resoluções de composições do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDIPEDVI anteriormente publicadas.

Art.4º - Essa Resolução entra vigor na data de sua deliberação.

Viana/ES, 8 de março de 2024.

DIEGO GRIJÓ GAVA

Vice - Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Viana COMDIPEDVI.
Biênio: 2023-2025

Protocolo 1320431

Portaria

PORTARIA Nº 0392/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 61, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Viana e, de acordo com a Lei Municipal nº 3.199, de 04 de janeiro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º **MIGRAR** a Função Gratificada Padrão FG-OP3 concedida ao servidor efetivo **CARLOS GUILHERME PIMENTEL TAGARRO** por meio da Portaria nº 0013/2022, para Função Gratificada Padrão FG-OP2 nos termos do art. 31, §2º da Lei nº 3.199/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Viana/ES, 13 de maio de 2024.

WANDERSON BORGHARDT BUENO

Prefeito Municipal de Viana

Protocolo 1320545

PORTARIA Nº 0393/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições legais, conferida pelo artigo 61, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Viana e da Lei Municipal nº 3.199, de 04 de janeiro de 2022,